



José Gabriel Ávila\*  
jgazores@gmail.com

## Não há tempo a perder!

*“A solução para a sociedade açoriana pós-pandemia, que se pretende mais competente e preparada para novos desafios como: o tele-trabalho, a preservação do ambiente, a investigação científica e a tecnologia digital, vai, certamente, exigir uma rápida adequação de todas as instituições educativas, da iniciativa de investidores em novos negócios e o empenho das empresas na valorização do trabalho e da justiça remuneratória.”*



O Bispo dos Açores chamou a atenção, esta semana, para as consequências sociais do problema do envelhecimento e da desertificação de algumas ilhas.

D. João Lavrador terminou, em São Jorge, uma visita a todas as paróquias da Diocese de Angra, onde o problema se vem acentuando, sobretudo nas chamadas “ilhas pequenas”, designação que, em algumas delas, só corresponde à sua reduzida dimensão populacional.

Defendo, há muito, que a designação de arquipélago é aquela que melhor traduz a diferenciação da realidade insular e melhor suporta a riqueza do conceito de açorianidade e ultraperiferia.

Não o têm entendido assim muitos representantes políticos e responsáveis governamentais que continuam arrimados a um estatuto que consolidou a Autonomia no antigo tripé distrital, deixando de fora as restantes seis ilhas, sem perceber que a concentração e o alargamento do poder e do seu suporte técnico nas três ex-capitais promoveu a desertificação e o envelhecimento das restantes parcelas insulares. Aconteceu assim com a estrutura governativa, legislativa, com as estruturas hospitalares, o ensino universitário e com empresas públicas.

Felizmente, os empresários privados, com o seu pragmatismo e criatividade, remaram contra essa corrente concentracionista, dinamizaram os seus negócios nas outras ilhas e disso tiraram proveito os consumidores e a economia local. Os exemplos são bem conhecidos e como consequência muitos jovens, sem habilitações superiores, apostaram em fixar-se nas suas terras, recorrendo à formação profissional em Escolas que, entretanto, foram sendo criadas.

O problema do envelhecimento, porém, não deixou de agravar-se, segundo os dados demográficos e hoje, ele constitui um problema demasiado gravoso

que deveria fazer pensar os decisores públicos.

Ciente disso, o Conselho Económico e Social, sob a presidência de Gualter Furtado, solicitou à Universidade um estudo sobre a “Caracterização da Dinâmica Populacional Recente dos

Açores e Estratégias para a Recuperação Populacional, por Ilha” e a “Evolução das Qualificações da População Ativa dos Açores”, documentos que deveriam servir de ponto de partida para que os governantes e a classe política em geral, tomassem conhecimento das conclusões e propostas ali apresentadas.

E isto porque “Num contexto de mudanças sociais significativas – decorrentes de tendências tecnológicas e de comunicação cada vez mais sofisticadas, de alterações políticas e, também, como resultado da recente pandemia e da potencial crise económica generalizada dela decorrente – pode haver consequências demográficas diferentes das que ocorreram no passado recente, dependentes, neste caso, de uma menor atratividade dos países de destino, quer do continente norte-americano, quer do europeu.”

As conclusões do citado estudo, são demasiado complexas para serem aqui sintetizadas. No entanto, explicam as alterações significativas nos tradicionais países de emigração, a mudança da sociedade rural para uma economia de serviços, as transformações operadas com as tecnologias digitais, e a necessidade de maiores níveis de competências académicas e profissionais, entre outras razões decorrentes das mudanças operadas pela pandemia, que obrigam a traçar novas e mais eficazes políticas que sustentem a sangria do despovoamento.

Prioridade à educação – recomenda o estudo. “O enformar de uma sociedade economicamente sustentável através da mobilização de meios digitais constitui uma dimensão que é central para o futuro e que deve orientar, além do aumento do nível da escolaridade, as

ações políticas de desenvolvimento das qualificações nos Açores.” No entender dos académicos da Universidade dos Açores, o aumento acelerado dos níveis de escolaridade deve ser “um designio regional e uma preocupação transversal, assumida por todos os agentes económicos e sociais, envolvendo sobretudo a população em idade ativa.”

Grande tarefa esta que cabe aos açorianos desenvolver e aos agentes do poder desencadear no mais curto espaço de tempo.

Contra esta proposta programática está uma importante faixa do empresariado que considera essas ações promotoras de desemprego e conflitos laborais. Primeiro porque a maioria deles não tem nem reconhece a formação profissional como um benefício e um salto em frente no nosso desenvolvimento. Depois porque isso implicará melhorias salariais a que são avessos.

Na opinião desses empresários mal preparados e há muitos por aí - o trabalhador indiferenciado, vencendo salário mínimo, traz mais vantagens porque faz de tudo por pouco dinheiro e facilita os despedimentos.

Reina, no mundo dos negócios, a mentalidade ultrapassada de que quem procura trabalho tem de sujeitar-se a baixos salários e sob quaisquer condições, mesmo que estas rocem a indignidade e a injustiça. Esta insensibilidade social não se aceita numa sociedade desenvolvida e faz com que muitos empresários, oficialmente, paguem salários mínimos e, por debaixo da mesa remunerações superiores, fugindo a obrigações fiscais, aos descontos para a segurança social e seguros que, em qualquer das situações, lesam sempre os trabalhadores.

Estou plenamente convencido de que os salários baixos da maioria da população promovem e acentuam a pobreza e daí as subvenções sociais do estado contra as quais protestam, políticos demagogos e extremistas.

A solução para a sociedade açoriana pós-pandemia, que se pretende mais competente e preparada para novos desafios como: o tele-trabalho, a preservação do ambiente, a investigação científica e a tecnologia digital, vai, certamente, exigir uma rápida adequação de todas as instituições educativas, da iniciativa de investidores em novos negócios e o empenho das empresas na valorização do trabalho e da justiça remuneratória.

Só assim beneficiarão todas as ilhas mesmo as mais pequenas e desertificadas, que beneficiarão da consciência ambiental das gerações mais jovens, ao optarem por permanecer nas suas terras de origem.

Espero que o Plano a médio prazo do Governo contemple estas preocupações e encare este magno problema de forma séria e determinada, apresentando medidas eficazes para fixar os casais novos, aumentar a natalidade, tudo isto acompanhado de uma melhoria substancial dos cuidados de saúde.

Não há tempo a perder!

\*jornalista c.p. 239 A  
<http://escritemdia.blogspot.com>